



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
CONFERÊNCIA “CRIAR COMPROMISSOS – PENSAR A LUTA
CONTRA A POBREZA”**

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

SALA DO SENADO – 9 OUTUBRO DE 2018

Sejam bem-vindos à Casa da Democracia, porque é de democracia que falamos quando falamos de luta contra a pobreza.

O direito a uma vida digna é um direito universal, um direito constitucional, pelo qual temos de batalhar todos os dias.

Ainda recentemente a Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a FAO, avançava com números alarmantes. Mais de 820 milhões de pessoas passam fome no mundo. No mundo de hoje, com todos os recursos e com toda a riqueza que produzimos.

Isto afeta naturalmente mais a América do Sul e o continente africano, apesar das promessas de desenvolvimento trazidas pela globalização económica.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Aí vemos os efeitos das alterações climáticas nas colheitas e aí temos a causa dos fluxos migratórios rumo à Europa e aos Estados Unidos, que tanto têm dado que falar, na maioria das vezes pelas piores razões e motivações.

Felizmente, em Portugal, temos uma democracia em que não há lugar ao ódio e à xenofobia.

Uma democracia em que a pobreza é objeto de respostas sociais e não do desprezo social, uma tendência nefasta que vemos surgir noutros países e onde menos esperávamos.

Depois dos anos difíceis do ajustamento, Portugal está a assistir a evoluções positivas nos indicadores sociais.

O Desemprego, tantas vezes causa de pobreza em Portugal, está a baixar. Foram criados nestes anos mais recentes mais de 330 mil novos postos de trabalho. O rendimento disponível das famílias aumentou, acompanhando a subida do salário mínimo.

Consequentemente, 80 mil portugueses saíram da situação de risco de pobreza.

São números animadores mas que não nos podem fazer descansar.

Enquanto compararmos mal com os países mais desenvolvidos da Europa em matéria de pobreza e desigualdade, este combate não pode abrandar.

Temos porventura, como tenho dito, de ir além da política fiscal tradicional, e olhar para o que podemos fazer em termos de reforço das condições de negociação do mundo do trabalho.

Temos certamente de mobilizar todas as políticas públicas relevantes para esta causa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Fui Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, e sei bem da importância de outros departamentos do Estado na mobilização de instrumentos contra a pobreza.

É decisiva a Saúde e o acesso à saúde, é decisivo o acesso à habitação, cada vez mais desafiante nas grandes cidades, é decisiva a política de transportes e mobilidade. Tudo isso conta no custo de vida dos portugueses.

E muito importante é a educação. A relação entre baixas qualificações e baixos rendimentos é indiscutível. Foi pois com preocupação que li, num recente relatório da OCDE que três em cada dez portugueses entre os 25 e os 43 anos não concluíram o ensino secundário.

Melhorámos muito, é verdade. O ponto de partida deixado pela ditadura era terrível, sem dúvida. Mas os países com os quais competimos não ficaram parados, e por isso continuamos na cauda dos países desenvolvidos.

Esta é de facto uma causa nacional: sem política de qualificação não há combate à pobreza, não há combate às desigualdades.

A estabilidade das políticas públicas é essencial para o seu sucesso. Nesta área como noutras. A avaliação do impacto das políticas precisa de tempo e de instrumentos de análise qualificados.

Quero aqui saudar a participação que os partidos com assento parlamentar vão ter neste encontro.

Este ainda não é o tempo das campanhas e dos programas eleitorais. É o tempo do diálogo e da reflexão. Sem esse tempo de qualidade dificilmente se encontrarão as melhores soluções.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Deixei para o fim, propositadamente, a questão do modelo de governação no combate à pobreza.

No combate à pobreza os governos nacionais não podem dispensar o conhecimento do terreno e das realidades sociais que só a sociedade civil tem. Foi sempre um princípio que segui.

Mas também não podem dispensar o papel das autarquias, das câmaras municipais, das freguesias, das associações intermunicipais, das áreas metropolitanas.

O poder local democrático desempenhou um papel notável nestes quase 45 anos que levamos de democracia. A ele devemos o saneamento, a infraestruturacão, a preocupacão ambiental.

Chegou o tempo de uma nova geracão de polítics locais, onde o social deve estar no centro das preocupacões.

Quero acreditar que ao nível da açã social, com os meios humanos e financeiros adequados, o poder local vai poder dar um contributo cada vez maior e melhor.

E nesse sentido, é um parceiro incontornável desta batalha contra a pobreza.

A todos desejo uma ótima jornada de debate e reflexã.

Muito obrigado pela vossa presença e pela vossa atençã.

Muito obrigado.

Eduardo Ferro Rodrigues.